

PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE SANTANA

PROPOSTA DE
PROGRAMA DE GOVERNO
(2013-2016)

SANTANA, JUNHO DE 2012

APRESENTAÇÃO

Uma visão inovadora de gestão pública para garantir mais qualidade de vida à nossa população é o que pretendemos implantar em nossa cidade. E é isso que apresentamos a você nas próximas páginas. Você vai conhecer agora o nosso Programa de Governo, que na realidade não é um elenco de promessas, mas sim um compromisso que assumo com cada morador da nossa querida Santana.

A experiência adquirida nos mandatos federais do nosso partido oriundos aqui do nosso município, nas gestões municipais do governo Nogueira, somada à adoção das mais bem sucedidas políticas públicas utilizadas no Brasil e no mundo, orienta nossos passos na busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida na nossa cidade. Essas propostas vão orientar as ações durante o nosso governo.

Elaboradas a partir de debates com todos os setores - partidos da coligação, associações de bairro, sindicatos, organizações não governamentais, empresários, comerciantes, profissionais liberais - nossas propostas estão abertas às contribuições da sociedade. Isso porque queremos apresentar um Programa de Governo que atenda, de fato, à expectativa da população e que não seja uma receita irrealista, mas um conjunto coerente de propostas de ações sempre possível de ser emendado, no sentido de cada vez melhor atender o mais profundo e genuíno interesse público.

Essas propostas refletem nosso vínculo com a história da cidade e nosso compromisso com a maioria da população, para garantir que todos tenham uma boa qualidade de vida. Elas refletem o nosso objetivo de potencializar a vocação econômica de Santana, estimulando a vinda de novos empreendimentos, gerando mais emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento humano e social.

Há muitos anos, o PT tem conduzido a bandeira da inversão de prioridades. E ela tem sido assumida por vários outros partidos, o que permitiu a construção da ampla coligação que me apoia. E em Santana, provavelmente mais que em qualquer outro local do Estado do Amapá, essa questão é fundamental. Muito já foi realizado pelo governo Nogueira, mais também há muito ainda a ser feito, por isso mesmo, precisamos manter o foco na população mais carente. Faremos um governo que, sem discriminar ninguém, terá sempre como objetivo primordial quem mais precisa da ação efetiva do poder público que é a população mais sofrida da periferia.

Queremos uma cidade onde todos possam participar das decisões sobre os investimentos públicos e fiscalizar os serviços prestados pela Prefeitura. Uma cidade onde esses serviços sejam suficientes e eficientes, geridos de forma moderna e transparente. Vamos trabalhar para construção de uma cidade mais agradável, justa e com inclusão social, pois ela é nosso núcleo mais forte, depois da família. É na cidade que as pessoas nascem, moram, estudam, trabalham e se divertem. Nela, tudo o que o poder público faz afeta mais diretamente nossas vidas.

Daí a responsabilidade do governante, que deve gerir o município de forma planejada e articulada com a sociedade civil organizada, estabelecendo parcerias com diferentes atores da comunidade e com os governos estadual e federal.

Como vocês verão, estamos apresentando um Programa de Governo bastante ambicioso. Para isso, além da ação da administração municipal, trabalharemos de forma articulada com outras esferas de poder, independentemente de quem esteja à frente do governo estadual ou federal.

Nosso Programa de Governo vai centrar sua atuação em torno de algumas grandes diretrizes:

- Dar seguimento a estruturação da cidade: vamos dar continuidade a um governo que parece fazer algo simples, mas que é significativo para a vida de milhares de pessoas carentes em nosso município, ou seja, continuar dotando-a das condições necessárias para que ofereça conforto, comodidade e serviços para nossa população. Isso não somente é um direito, como também justifica a própria necessidade de existência de uma cidade. Afinal de contas, é por possuir melhores condições de oferecer serviços de saúde, educação, empregos, lazer e cultura, dentre outros aspectos, que pessoas se decidem agrupar em algum lugar e fundar então uma cidade;

- Construir uma cidade para todos e todas: Continuar dotando o município de serviços e equipamentos públicos para que a nossa cidade torne-se, cada vez mais, próxima daquele ideal de cidade, intento já contido em vários documentos internacionais e que é objeto de perseguição pelos movimentos sociais no mundo inteiro: uma cidade sustentável e uma cidade que cumpra a sua função social (constam, por exemplo, no nosso Estatuto da Cidade, na Agenda 21 - resultante da ECO 92 e que deverá ser objeto de discussão também agora na RIO +20 - e ainda na Carta Mundial pelo Direito às Cidades, que vem sendo construída pelos movimentos sociais, em um Fórum Social Mundial, por exemplo). Nesse sentido, uma cidade é sustentável quando garante “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (estatuto das cidades) e ela cumpre a sua função social, quando realiza os objetivos fixados pela própria população em seus respectivos documentos orientadores, tais como um plano diretor, por exemplo (portanto, atendendo aos anseios da própria população). Ao mesmo tempo em que racionaliza e humaniza a convivência entre as pessoas de maneira e não agredir, de maneira irreversível, o meio ambiente e proporciona formas de contato e de aproveitamento dos serviços e possibilidades oferecidas pela cidade, de forma saudável, tanto física/biológica, quanto psicologicamente;

- Aproveitamento do potencial econômico e ambiental da cidade: Sem fortalecer e diversificar o potencial econômico de nossa cidade, toda e qualquer gestão que se desdobre nos mais variados e proveitosos benefícios à população, correrá sério risco, pois sua máquina propulsora, aquilo que possibilita a todo restante do sistema, um funcionamento em si, poderá travar, travando tudo em consequência. Assim, fatores como, o fato de sermos uma região portuária, com vocação industrial, mas também por possuímos uma diversificada área rural e com grande potencial ecológico e turístico, precisam e devem ser urgentemente aproveitados. Precisamos criar um processo de discussão que envolva os diversos atores econômicos, técnicos e científicos de nosso município para, conjuntamente, definir um rumo estratégico/econômico a seguir e, assim, iniciar uma construção conjunta dessa Santana empreendedora, com vistas a

gerar emprego para nossa população e sustentar nosso necessário crescimento econômico;

- Participação popular, transparência e controle social: Quando a população elege um governo nas condições como o nosso (primeira eleição e reeleição de nogueira) ou faz uma campanha explosiva e empolgante como as nossas de vereadora e deputada federal e como, certamente, fará essa nossa que agora começa, faz uma clara demonstração de que quer e apoiará mudanças políticas na atuação das respectivas esferas do Estado. Ora, um governo precisa saber aproveitar essa energia e esse potencial transformador que a população demonstrou de maneira tão deslumbrante. A forma de fazê-lo, sem qualquer dúvida, é trazer a população para participar do governo e fazê-la ajudar a tomar decisões e, fundamentalmente, ajudar a controlar os gastos públicos e a qualidade da oferta dos serviços públicos;

A materialização dessas diretrizes será feita através de eixos que agruparam as áreas afins da gestão, inspirados pelos ideais já mencionados, quais sejam:

- Inclusão, Cuidado Social e Afirmação de Direitos
- Qualidade de Vida
- Desenvolvimento Local Sustentável e Geração de Emprego e Renda
- Gestão Democrática e Participação Popular
- Questão Metropolitana

Para viabilizarmos cada uma dessas marcas, apresentamos um grande número de projetos que são um compromisso meu e da coligação que me apoia. Alguns são absolutamente prioritários, por isso, eu e a equipe que me acompanhará no Governo não mediremos esforços para sua efetivação. São eles:

- Saúde;
- Educação;
- Transporte Público;
- Equipamentos Urbanos.

Essas propostas vão exigir um diálogo permanente entre Executivo e a Câmara Municipal, balizado pela ética política, pelo respeito mútuo e pela capacidade de estabelecer convergências em projetos de interesse coletivo.

Este documento representa meu compromisso com a cidade. Compromisso que só se viabilizará se a população puder cobrá-lo. Ao longo do meu governo, pretendo abrir espaços de prestação de contas para que a população possa cobrar a realização de tudo com o que me comprometi. E garanto que esses compromissos começarão a ser cumpridos desde o primeiro dia de mandato.

Um forte abraço!

Professora Marcivânia

INTRODUÇÃO

A proposta inicial de Programa de Governo para a gestão municipal que exercerá o mandato no período de 2013 a 2016, é orientada pelas diretrizes da continuidade do processo de estruturação da cidade, da construção de uma cidade para todos e todas, do aproveitamento do potencial econômico e ambiental da cidade e da participação, transparência e controle social. Portanto, essas são idéias centrais que estarão presentes nas mais diversas áreas de ação governamental, as quais buscam orientar a gestão como um todo. Já a gestão em si será estruturada e agrupada, através de grandes eixos, que buscam agrupar as áreas afins, inspirados naqueles ideais, mirando racionalizar ações e aproximar setores do governo que desenvolvem suas atividades e prestam serviços a população com uma certa proximidade. Tais eixos, são: inclusão, cuidado social e afirmação de direitos, qualidade de vida, desenvolvimento local sustentável e geração de emprego e renda, gestão democrática e participação popular e questão metropolitana.

Como o futuro governo será um governo de continuidade dos êxitos obtidos nos primeiros 8 (oito) da gestão do PT à frente da Prefeitura Municipal de Santana, achamos por bem, e de maneira preliminar, realizar uma breve avaliação, que será dividida em 2 (dois) momentos. Num primeiro, esboçaremos o quadro em que se encontrava a cidade e a PMS, antes de assumirmos o governo municipal em janeiro de 2005. Posteriormente, faremos um apanhado geral das principais ações desenvolvidas pelo governo liderado pelo PT, mirando atacar os principais problemas que afligiam a cidade, analisando os resultados alcançados, mas também estabelecendo deficiências e limitações que ainda possíveis e que, obviamente, devem ser objeto de enfrentamento nos próximos 4 (quatro) anos de mandato. Por fim, serão apresentadas algumas das principais ações governamentais a serem executadas pela nova gestão do PT.

Nessa parte, a proposta buscará detalhar as ações propostas de modo a esboçar, tanto a ação proposta em si, quanto o(s) mecanismo(s) estratégico a ser adotado para sua realização/materialização, quanto indicar as próprias fontes de financiamento possíveis.

A proposta é ainda um esforço inicial e deve ser tratada como um ante-projeto de Programa de Governo, cujos contornos e versão final, precisará, necessariamente, de um profundo esforço tanto internamente, através de plenárias e estudos dos militantes e quadros partidários. Em seguida, já no bojo da ampliação da frente política, também deverá ser submetida e receber a contribuição dos demais partidos integrantes da aliança/coligação que conduzirá a campanha eleitoral em si.

Por fim e tendo em mãos ainda um ante-projeto de Programa de Governo, organizada da forma mencionada, avaliamos ser crucial que a proposta seja ainda submetida à análise direta da população, através de plenárias com segmentos sociais e lideranças da sociedade civil. Essa última etapa, proporcionará, dentre outros salutaros ganhos políticos, que se colha a impressão da sociedade civil sobre as avaliações que fazemos nesse documento sobre o que havia antes do nosso governo e sobre o que fizemos durante os 8 (oito) anos; e, fundamentalmente, colherá a impressão, emendas e inclusões das propostas que fazemos para os próximos 4 (quatro) anos de governo, proporcionando assim maior legitimidade e força política à esse conjunto inicial de idéias/propostas.

INCLUSÃO, CUIDADO SOCIAL E **AFIRMAÇÃO DE DIREITOS**

A cidade é o território onde as pessoas vivem, trabalham, produzem, criam suas famílias e desenvolvem suas potencialidades e seus talentos. Para isso, precisam de bens e serviços que em grande parte dependem da atuação do poder público municipal, como é o caso da Saúde, da Educação, da Cultura e do Esporte e Lazer.

A desigualdade e a exclusão na sociedade brasileira têm raízes profundas e arraigadas, remontam à escravidão, e por mais que tenham sido significativamente reduzidas nos últimos 10 anos – por conta dos governos do Partido dos Trabalhadores e seus aliados no Brasil e em Santana –, continuam sendo ainda os nossos principais problemas. Essa é uma luta permanente e sua erradicação não será responsabilidade de um só governo. Diante da pobreza e da miséria precisamos nos indignar sempre e mais do que em qualquer outra posição, na condição de governante, devemos agir imediatamente para extingui-la.

Até a primeira gestão petista do município de Santana sequer existia uma política de inclusão social, vicejava na administração a tutela infantilizadora do cidadão. Ao contrário da política anterior, que aprofundou as relações clientelistas, assistencialistas e tuteladoras, o Governo Nogueira associado ao Governo Federal buscou um novo modelo de inclusão social: a troca do assistencialismo pela emancipação. Sem interromper a ajuda imediata aos que precisam, pois a garantia de condições mínimas tornou-se uma ordem maior, a nova política vem preparando uma base para que os recursos aplicados na assistência social não escoem pelo ralo da ineficiência.

Para isso adotou uma linha de ação baseada em dois pilares: a democratização do acesso aos programas e o foco na estrutura familiar. Os dois pilares articulam o nível local ao nacional e juntam-se ao Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF - e no Sistema Único de Assistência Social. O Plano vai garantir que os esforços dos anos de investimentos em crianças, adolescentes e outros necessitados não sejam perdidos por falta de estrutura familiar. O Governo Nogueira firmou o entendimento de que, sem a participação da família, o investimento em assistência fica comprometido.

É obrigação da sociedade e em especial do governo municipal transformar essa realidade e assegurar condições dignas de vida a todos. A inclusão social, dessa maneira, deve dar conta dos aspectos sociais, econômicos, urbanos, culturais e políticos da vida na cidade.

Cabe à Prefeitura buscar garantir permanentemente o acesso ao atendimento integral para todos que procuram a rede pública de Saúde, oferecendo serviços de qualidade e tratamento humano e respeitoso.

Também compete ao município assegurar na Educação pública o acesso à ciência, à tecnologia, às artes e à filosofia, contribuindo para que os futuros cidadãos desenvolvam suas habilidades e potencialidades.

Nossa cidade deve ser acolhedora: é nela que convivemos com nossas famílias, nossos amigos, nossos vizinhos. É em nossa cidade que, independentemente de onde tenhamos nascido, nos sentimos aceitos, nos sentimos parte integrante de sua identidade e atuamos como construtores e participantes de seu desenvolvimento.

Também queremos uma cidade inclusiva, que assegure acesso às políticas públicas para todos os seus moradores. E que respeite e valorize as características do ser humano, suas opções e diferenças de raça, de gênero, de geração, de opção religiosa, de orientação sexual, de condições físicas ou mentais.

Mas a cidade também deve ser o espaço que nos propicie as oportunidades e os meios para sermos o que sonhamos e o que nossas habilidades e talentos nos permitam ser. Uma cidade assim, acolhedora, inclusiva e de oportunidades – é a Santana que construiremos!

SAÚDE:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população.		
02	Atender à demanda gerada no município, dentro do princípio da universalidade, com atenção integral à saúde, de forma humanizada e com equidade.		
03	Introduzir e ampliar os programas do Ministério da Saúde, tais como Programa Saúde da Família (PSF); Programa Brasil Sorridente; Programa de Atendimento Domiciliar (PAD); Programa de Internação Domiciliar (PID); Farmácia Popular, SAMU (Serviço Móvel de Atendimento de Urgência); CAPS (Centros de Atenção Psico-Social); Saúde do Idoso; Saúde da Mulher; entre outros.		
04	Reestruturar os serviços de pronto-atendimento, adequando-os à demanda das diferentes regiões, mantendo serviços em horários compatíveis com as necessidades da população.		
05	Aprimorar o fornecimento gratuito de medicamentos à população na rede de saúde ou em domicílio.		
06	Ampliar o atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde.		

07	Criar e reestruturar a Vigilância Sanitária, a partir de constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas.		
08	Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental.		
09	Capacitar os servidores para o atendimento humanizado.		
10	Propiciar a capacitação de profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e outras.		

EDUCAÇÃO:

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
02	Criar e implantar Programa Rede de Desenvolvimento e Educação, articulando universidades e centros universitários com base em Santana para que criem projetos de pesquisa em nível de pós-graduação, com apoio das empresas locais, a serem desenvolvidos por professores da rede municipal de ensino junto às suas comunidades, possibilitando a elaboração de propostas para suas demandas e potencialidades locais.		
03	Construir Centros Integrados de Educação e Lazer como espaços de convivência e desenvolvimento de programas educativos, socioculturais e de lazer.		
04	Efetivar a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, seguindo as 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes, criando o ciclo de nove anos no Ensino Fundamental.		
05	Estabelecer um padrão de qualidade na rede municipal de educação, de forma a garantir o bom atendimento a todos os alunos, sem restrição.		
06	Reestruturar a proposta pedagógica voltada ao atendimento de jovens e adultos, organizando um currículo voltado ao mundo do trabalho e		

	que considere as diversidades, especialmente quanto às questões de gênero, raça e geração, incluindo lazer e cultura no processo educacional.		
07	Manter a oferta de vagas na rede municipal de ensino, com critérios de acesso democrático e transparente, promovendo a permanência dos alunos e desenvolvendo esforços pela ampliação gradual da oferta.		
08	Aperfeiçoar a rede de ensino fundamental do município.		
09	Aprimorar os programas de alfabetização de jovens e adultos.		
10	Implantar programas do governo federal, como Brasil Alfabetizado e Pro-Jovem, de modo que esses dialoguem com os novos programas da EJA Municipal.		
11	Aprimorar a política de entrega dos uniformes e materiais escolares, assegurando sua qualidade e prazos de entrega.		
12	Aprimorar o transporte escolar para os alunos da rede municipal.		
13	Promover o conhecimento científico, humanístico, artístico, tecnológico e o desenvolvimento de valores éticos.		
14	Considerar a informática e as novas linguagens de comunicação, juntamente com a formação permanente e a valorização dos educadores, a reorientação curricular e os métodos de avaliação		

	como aspectos indissociáveis do processo educacional.		
15	Criar condições para que cada escola Municipal tenha sua página na internet.		
16	Reorganizar as orientações para a construção do Plano Político Pedagógico, de modo que ele contemple as necessidades, especificidades e decisões das escolas.		
17	Potencializar o papel da escola nas campanhas educativas sobre temáticas de segurança, de meio ambiente, de saúde, de trânsito e outras.		
18	Reestruturar as ações para execução dos convênios, aprimorando o acompanhamento, a supervisão e qualificando a parceria com as entidades filantrópicas que atendem crianças de 0 a 5 anos.		
19	Enfrentar os fatores de evasão escolar, especialmente dos alunos jovens e adultos.		
20	Ampliar e qualificar os atuais projetos e programas em andamento: ***** (ver os tais programas, tipo laboratórios de informática, bibliotecas e outros)		
21	Elaborar e implementar um plano de manutenção para os equipamentos da rede de educação, pensando num espaço que respeite as necessidades do brincar, de fantasiar e produzir conhecimento e pesquisa.		

22	Adotar como fio condutor os princípios da Educação Inclusiva, Democrática e Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino.		
23	Aprimorar a formação permanente dos educadores, com troca de experiências entre eles.		
24	Criar canais de comunicação e assegurar a execução de programas de elevação de escolaridade para os educadores.		
25	Consolidar a capacitação dos educadores na utilização da informática e de outras linguagens de comunicação.		
26	Garantir a inclusão das crianças com deficiência, assegurando acessibilidade, equipamentos e formação para os profissionais da rede municipal de ensino.		
27	Implantar Programa de Educação para o Mundo do Trabalho, dirigido aos adolescentes com idade entre 14 e 17 anos.		
28	Fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão nas instituições de 3º grau do município, particularmente na Universidade Aberta do Brasil, tendo presentes as necessidades do desenvolvimento local e regional.		

CULTURA:

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar na Casa Brasil um Núcleo de Produção Audiovisual implantando e disponibilizando estúdios de produção, de edição, de animação, de conversão de mídias para uso profissional e amador.		
02	Consolidar a realização anual do Festival Junino, grande evento de repercussão estadual, com objetivo de reunir e expor as manifestações culturais amazônicas.		
03	Consolidar a realização anual das Comemorações do Aniversário da Cidade.		
04	Criar o Festival Santanense de Cultura Multimídia e Cinematográfica.		
05	Criar o Museu do Trabalho e do Trabalhador Amazônida.		
06	Apoiar a RPPN Revecom para preservar seu patrimônio ambiental, a maior área verde preservada próxima ao Centro da cidade.		
	Investir na formação cultural, abrangendo as diversas		

07	linguagens artísticas, com atividades voltadas para diferentes grupos (adeptos do rock, do hip-hop, das histórias em quadrinhos e do RPG, das escolas de samba, entre outros), alcançando as comunidades das regiões periféricas da cidade.		
08	Desenvolver um amplo programa de visitas monitoradas para os alunos da rede municipal à museus, parques, monumentos e prédios históricos.		
09	Adquirir dois ônibus para atender as demandas de visitas educacionais monitoradas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.		
10	Criar o Fundo Municipal de Cultura com o objetivo de financiar a produção cultural do nosso município.		
11	Criar uma programação dinâmica para o Teatro Municipal de Santana.		
12	Criar o Programa Rede Teatral, destinado a incentivar e subsidiar a permanência de grupos teatrais de reconhecida importância para residência temporária e desenvolvimento de atividades de formação no Teatro Municipal.		
13	Criar o Programa Municipal de Fomento às Artes em Santana, que dará apoio a iniciativas nas linguagens teatral, musical, literária, coreográfica, plástica e das culturas populares tradicionais e contemporâneas.		

14	Criar um programa permanente de apoio à comunidade da escola de samba Império do Povo e de ação cultural voltada às manifestações do samba e do carnaval.		
15	Criar um programa permanente de apoio aos Blocos de Carnaval de Santana.		
16	Consolidar a realização anual do Carnaval do Povo e buscar sua ampliação com eventos descentralizados disseminados por toda a cidade.		
17	Realizar censo cultural na cidade para identificar o que seus diversos atores culturais criam e produzem.		
18	Promover a adesão e a incorporação do município ao Sistema Nacional de Cultura, grande rede de informação e articulação entre atores da área.		
19	Participar do Plano Nacional do Livro e Leitura, cujo objetivo é promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas.		
20	Ampliar os Pontos de Cultura no município, com apoio do Ministério da Cultura.		
21	Exposição itinerante nas escolas de obras dos diversos artistas da cidade, com palestras e atividades desses artistas com os alunos.		

22	Promover visitas dos alunos da rede municipal aos ateliês dos artistas da cidade e realizar oficinas no formato “ateliê aberto”.		
23	Promover exposição do acervo de obras da Prefeitura em mostras fixas e itinerantes nos diversos equipamentos públicos.		
24	Aderir ao Programa do Governo Federal Praças dos Esportes e da Cultura		

ESPORTE E LAZER

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Consolidar a construção e dinamização dos equipamentos públicos, em particular parques e praças organizando-os em um programa único chamado “Feliz-Cidade” promovendo oficinas e aulas das diferentes manifestações culturais e esportivas e ampliando a construção de pistas para caminhada, playground, áreas para atividades corporais ao ar livre e formação da comunidade, além de quadras e campos esportivos.		
02	Consolidar a realização anual do Triatlo Caboclo.		
03	Criar o projeto de lazer nos bairros, por meio de estrutura móvel (ônibus ou caminhão-baú), levando divertimento a todas as regiões da cidade, em especial as mais carentes e distantes.		
04	Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades, até a descoberta de talentos para o esporte competitivo.		
05	Assegurar o investimento no esporte de alto rendimento, potencializando parcerias com a iniciativa privada.		

06	Valorizar as demais dimensões do esporte: amador (por meio das respectivas ligas, clubes e demais organizações), recreativo, paraolímpico e não olímpico.		
07	Valorizar o futebol de campo como espaço de convivência coletiva e democratizar o uso dos campos destinados à sua prática.		
08	Consolidar o maior evento de futebol da cidade		
09	Implantar um fórum permanente entre a administração municipal e os clubes de futebol de Santana.		
10	Desenvolver o Programa Escola Aberta para promover a abertura das escolas públicas nos fins de semana, realizando atividades como torneios esportivos, capoeira, dança de salão, oficinas culturais, videoteca e palestras de interesse da comunidade.		
11	Assegurar a formação dos agentes sociais e dos servidores do Esporte e do Lazer, em parceria com os projetos sociais e universidades.		
12	Implantar o Projeto de Bem com a Vida para promover orientação e prática de atividades físicas no âmbito das UBSs, como caminhadas, recuperação de cardíacos, acompanhamento de hipertensos, entre outros.		

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Implantar o Restaurante Popular de Santana, em parceria com o governo federal.		
02	Articular amplo Programa Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando a política de segurança alimentar e nutricional com a política de inclusão social, a economia solidária e o desenvolvimento econômico.		
03	Viabilizar a implantação de merenda diferenciada, no sentido de atender as necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas escolas municipais das regiões mais carentes da cidade.		
04	Implantar o Banco Municipal de Alimentos, com a captação de alimentos junto à rede de comercialização para distribuição à população carente.		
05	Ampliar o acesso da população de baixa renda a alimentos de qualidade.		
06	Ampliar o Programa de Hortas Comunitárias, com assistência técnica para as comunidades.		

07	Estimular a constituição de associações de pequenos agricultores com fins produtivos e oferecer apoio técnico e logístico aos investimentos.		
08	Estimular a constituição de associações de pequenos agricultores com fins produtivos e oferecer apoio técnico e logístico aos investimentos.		
09	Ampliar e aprimorar o funcionamento de equipamentos públicos como mercado municipal e feiras-livres.		
10	Estimular a criação de hortas nos espaços públicos com o objetivo de realizar atividades educativas para os alunos da rede municipal.		
11	Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e realizar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.		
12	Promover cursos de capacitação no processamento de alimentos em parceria com o Sistema S.		
13	Promover uma ampla campanha de combate ao desperdício alimentar.		

CUIDADO SOCIAL e AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

ASSISTENCIA SOCIAL

Proposta de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar um programa municipal que garanta a integração dos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal para ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.		
02	Estabelecer estratégias para a implantação do Sistema Único da Assistência Social.		
03	Planejar as ações de assistência social, tendo como centro a família e a comunidade.		
04	Atendimento prioritário das ações da Assistência Social aos beneficiários dos programas de transferência de renda, visando à emancipação das famílias.		
05	Adequar o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creras) para atender a demanda do município nos bairros de maior vulnerabilidade.		
06	Criar o Centro de Referência da Pessoa em Situação de Rua		

	(CRPSR).		
07	Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócio-assistenciais, definir padrões de qualidade e implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços das entidades parceiras da Prefeitura.		
08	Aumentar a oferta de programas complementares, como microcrédito, capacitação profissional, alfabetização de adultos, cooperativismo e ações de educação, cultura, esporte e lazer para famílias em situação de vulnerabilidade social.		

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à família.		
02	Promover articulações com o governo federal e o estadual para aplicação de recursos financeiros na cidade, ampliando a oferta de serviços à criança, ao adolescente e às suas famílias.		
03	Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade em relação à criança e ao adolescente.		
04	Privilegiar atividades socioeducativas em meio aberto para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com destaque para as ações voltadas à permanência e ao sucesso na escola.		
05	Implantar no município o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a participação de entidades que realizam o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de abrigo, Conselhos de Direitos e Tutelares e Assistência Social.		
	Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fomento e apoio a planos, programas e projetos		

06	municipais/regionais de atendimento protetor à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.		
----	--	--	--

MULHERES E POLITICA DE GÊNERO

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Consolidar, ampliar, divulgar e qualificar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.		
02	Realizar atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, além de ações que visem reduzir os índices de violência contra as mulheres.		
03	Ampliar as campanhas de combate à violência contra a mulher e os serviços de atendimento às vítimas.		
04	Criar o Centro de Apoio e a Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência.		
05	Desenvolver ou ampliar programas e serviços que contribuam para a reestruturação da vida das mulheres que sofreram violência doméstica.		
06	Implantar as medidas previstas na Lei Maria da Penha.		
07	Priorizar as mulheres chefes de família e de baixa renda nos diversos programas sociais do município.		

08	Desenvolver programas e atividades de cultura, esporte e lazer destinados às mulheres nos equipamentos públicos municipais.		
09	Fortalecer a Frente Regional de Combate à Violência à Mulher.		
10	Realizar, em parceria com o movimento de mulheres, o Encontro Mulher e Direitos Humanos, entre outras atividades.		
11	Garantir a consolidação de políticas públicas que garantam a defesa dos direitos dos setores social e culturalmente discriminados.		
12	Potencializar no nível municipal as ações do programa Brasil Sem Homofobia.		

IGUALDADE RACIAL

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Realizar formação permanente dos servidores nas questões relacionadas aos direitos humanos, visando um atendimento que elimine qualquer manifestação de discriminação.		
02	Implantar sistema municipal de coleta de dados do quesito cor e raça.		
03	Elaborar um mapa socioeconômico da etnia negra para orientar as ações transversais entre secretarias.		
04	Implantar o programa da saúde da população negra que, entre outras ações, especialize profissionais em doenças com agravo nesta população; amplie pesquisa neste campo e inclua a saúde da mulher negra no programa PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher).		
05	Garantir acesso e permanência aos representantes das religiões de matriz africana nos hospitais e funerárias, sem restrições às indumentárias próprias.		
06	Implantar no currículo escolar municipal a Lei Federal 10.639/03, que institui o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.		
07	Apoiar as iniciativas e as atividades ligadas à expressão da cultura		

	hip-hop, capoeira e a dança afro.		
08	Garantir no acervo de memória e patrimônio da cidade informações que valorizem a participação da população negra na formação cultural da cidade.		
09	Promover ações que valorizem a cultura negra, contribuindo com o debate sobre o enfrentamento à intolerância.		
10	Introduzir o enfoque racial nos cursos de formação dos profissionais da Guarda Civil Municipal e dos operadores do Direito em todos os níveis.		
11	Promover ações voltadas à garantia dos direitos e valorização da cultura da comunidade indígena moradora do município.		

TERCEIRA IDADE

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade.		
02	Criar o programa Pontos de Encontro, sobretudo nos bairros com maior concentração de pessoas idosas com o intuito de permitir o encontro e a socialização deste estrato social.		
03	Incentivar agências e operadores de turismo da cidade a promover atividades de lazer e turismo para a população idosa, em consonância com as iniciativas do governo federal.		
04	Incentivar o setor privado e as ONGs a gerarem alternativas de moradia para pessoas idosas sem proteção familiar.		
05	Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas.		
06	Criar em parceria com as instituições universitárias sediadas no município atividades das Universidades Abertas da Terceira Idade.		
07	Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar		

	quanto às suas necessidades e direitos.		
08	Ampliar, por meio de parcerias, o Programa de Cuidadores de Pessoas Idosas.		
09	Temos um Centro da Terceira Idade?		

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Implantar políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal de forma integrada às políticas e programas locais para pessoas com deficiência, descentralizando a oferta dos serviços.		
02	Garantir o cumprimento da legislação voltada ao segmento das pessoas com deficiência, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada.		
03	Criar um Centro de Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.		
04	Estabelecer parcerias e convênios com entidades que tenham trabalho com este segmento.		
05	Estimular o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência.		
06	Assegurar o esporte para pessoas com deficiência nas diversas modalidades, como basquete, futebol de cinco e atletismo, entre outras.		
07	Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas		

	com deficiência.		
08	Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade, de acordo com o Decreto Federal 5296/04.		

JUVENTUDE

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Transformar as praças públicas em espaços destinados a ações esportivas e culturais, respeitando a diversidade das regiões da cidade.		
02	Realizar parcerias com o terceiro setor para propagar ações juvenis nos diversos espaços e regiões da cidade.		
03	Reestruturar o CAJU, por meio de adequação de cursos que atendam as reais necessidades dos jovens da cidade.		
04	Criar o Conselho Municipal de Juventude, para formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais.		
05	Ampliar o projeto Pro-Jovem, em parceria com o governo federal, visando ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional, e trabalhando em três eixos: elevação escolar, qualificação profissional e ação comunitária.		
06	Implantar o projeto Cultura Viva, em parceria com o governo federal, visando fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual dos jovens nas comunidades e nas escolas.		
07	Implantar, em parceria com o governo federal, o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável, que visa à formação e a inclusão de jovens expostos à situação de violência doméstica ou urbana e jovens moradores de rua.		
08	Implantar, em parceria com o governo federal, o projeto Reservista Cidadão, dirigido a jovens oriundos do serviço militar, para que		

	exercem papel de líderes comunitários voltados para a prevenção da violência.		
09	Desenvolver na cidade o programa Juventude e Meio Ambiente, do governo federal, que visa à formação e o fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens.		
10	Implantar o projeto Primeiro Emprego, em parceria com o governo federal, para oferecer qualificação sócio-profissional a jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal <i>per capita</i> de até meio salário mínimo.		
	Promover campanhas informativas sobre sexualidade e drogadição.		
	Garantir atendimento adequado e diferenciado aos jovens em situação de drogadição e às suas famílias, para que sejam tratados como dependentes químicos sujeitos de direitos.		
	Criar o programa Turma Cidadã, incluindo aspectos relacionados à cidadania e aos direitos humanos.		

QUALIDADE DE VIDA

Um dos descabros mais gritantes dos governos de Santana anteriores a gestão Nogueira era a grave degradação da qualidade de vida do nosso cidadão: a violência e a criminalidade imperavam, a cidade era mal cuidada, excetuando a Vila Amazonas, não existia rede de água e esgoto e essa falta de cuidado com a vida do santanense e com o ambiente urbano acabava por contaminar nossa cidade com uma aura de desagradabilidade. A sujeira, a feiura e o desleixo para com a nossa cidade e para com o nosso cidadão não podem ser explicados apenas pelas discrepâncias sócio-econômicas estruturais da sociedade brasileira de então: eram, sobretudo, resultados de certa maneira de gerir a cidade, mais preocupada com o bem-estar de uma reduzida elite que com o do conjunto da população.

As intervenções urbanas e sociais levadas a cabo pelo Governo Nogueira levaram nosso município e nossa cidade à um patamar de qualidade de vida inédito, o IDH de Santana está hoje acima da média estadual e nacional, nossa cidade está mais bonita e acolhedora, sem dúvida, hoje o morador de Santana tem orgulho de seu município, de sua história. E o que ele espera cada vez mais é que esse orgulho se baseie não só em slogans e discursos, mas também em melhoria efetiva de sua qualidade de vida

Qualidade de vida é poder morar com dignidade. É desfrutar de espaços de lazer e de cultura com segurança. É ver seu filho praticando esportes e competindo pela cidade. É poder se deslocar dentro do município sem que isso gere apreensão. É poder andar de ônibus rapidamente entre os bairros e com conforto. É ter uma vida saudável, com água de qualidade, com esgotos tratados. É viver em uma cidade que respeite o meio ambiente.

Qualidade de vida também é cuidar bem do patrimônio municipal. As praças, as quadras, os campos de futebol, os centros comunitários, são equipamentos com enorme potencial de utilização pela população local, podendo inclusive atrair pessoas de outros municípios, trazendo mais recursos para a nossa cidade.

Qualidade de vida é garantir que mulheres, negros e negras, idosos, jovens, pessoas com deficiência, enfim, que todos possam desfrutar de tudo o que a cidade proporciona.

Qualidade de vida para todos, em todos os cantos é garantir segurança, moradia, transporte e meio ambiente saudável, inclusive em bairros distantes. Por isso, precisamos desenvolver projetos que tornem nossa Santana mais igualitária, mais acessível e mais segura.

TRANSPORTE E TRÂNSITO

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Reestruturar a rede de linhas de transporte coletivo, visando maior racionalização e eficiência.		
02	Negociar a implantação e/ou melhoria das linhas intermunicipais ligando Santana à Macapá.		
03	Assegurar a ampliação e a melhoria da frota de ônibus em operação, visando melhorar a qualidade do atendimento e a adequação da oferta de ônibus à demanda, em especial nos horários de pico.		
04	Interceder junto as Empresas de Transporte Coletivo o desenvolvimento de treinamento permanente para os trabalhadores que operam no transporte coletivo, visando a excelência no atendimento da população usuária.		
05	Melhorar as condições de conforto e de informação aos usuários nos pontos de embarque e desembarque.		
06	Estudar e viabilizar soluções para melhorar as condições de acessibilidade dos moradores das várias regiões da área de mananciais ao centro urbano.		

07	Aperfeiçoar o serviço de atendimento aos usuários de transporte coletivo.		
08	Instalar sistema eletrônico de monitoramento para efetivo controle operacional da frota do transporte coletivo.		
09	Implantar, de forma gradativa, o uso de combustíveis limpos na frota de ônibus do município.		
10	Concentrar esforços para o barateamento da tarifa.		
11	Formar a Câmara de Transporte e Trânsito, envolvendo poder público, população e as Empresas de Transporte Coletivo, visando à elaboração de soluções e iniciativas de melhorias na área.		
12	Aprimorar os serviços de táxi, de transporte de escolares e de fretamento.		
13	Aprimorar a elaboração das estatísticas de acidentes de trânsito, visando à identificação dos locais de maior incidência de acidentes para orientar as intervenções de engenharia, fiscalização, operação e educação de trânsito.		
14	Implantar ciclofaixas e ciclovias.		
15	Aprimorar e intensificar os serviços de manutenção e implantar sinalização viária horizontal, vertical e semafórica.		

16	Aprimorar programa permanente de educação para o trânsito voltado para crianças em idade escolar e adultos em geral, ou seja, pedestres, condutores e passageiros.		
17	Criar e implantar programa de segurança para o pedestre, especialmente no entorno das escolas.		
18	Zelar para que projetos de empreendimentos considerados geradores de tráfego conttenham medidas para reduzir os impactos na circulação viária.		

HABITAÇÃO

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Enfrentar e reduzir o déficit habitacional, buscando diferentes linhas de financiamento e ações de parcerias.		
02	Promover a regularização fundiária das áreas já ocupadas e garantir a função social da propriedade urbana definida pelo Estatuto da Cidade.		
03	Identificar as áreas vazias que não cumprem a função social da propriedade para criar novas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e destiná-las para produção de habitação social pelo setor público ou privado (Habitação de Interesse Social ou Habitação de Mercado Popular).		
04	Elaborar o Plano Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que deverá definir ações de curto, médio e longo prazo, por meio da participação cidadã, com atenção especial para as áreas de assentamentos subnormais, de mananciais e de ressacas.		
05	Elaborar legislação específica para produção de habitação social, estabelecendo condições de licenciamento e parâmetros urbanísticos e edifícios especiais para estimular sua produção.		

06	Criar o Sistema Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.		
07	Criar as condições para que o município possa aderir de forma plena ao Sistema Nacional de Habitação.		
08	Criar o Fundo Municipal da Habitação, promovendo o investimento coordenado dos recursos da área e garantir prioritariamente o acesso da população com renda de até três salários mínimos aos programas habitacionais.		
09	Elaborar critérios para o atendimento habitacional, priorizando as demandas. Os programas deverão incentivar a diversidade social, combinar soluções habitacionais com ações qualificadas de geração de renda e estimular a reforma de prédios vazios.		
10	Melhorar a qualidade do ambiente urbano e implementar uma política habitacional compatível com as políticas de gestão e de saneamento ambiental, em especial em áreas de risco e de preservação ambiental, como os mananciais e as ressacas.		
11	Promover a urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental de assentamentos precários.		
12	Produzir novas moradias, por meio de mutirão associativo, financiamento de habitação de interesse social (HIS) e parceria empresarial, entre outros.		
13	Apoiar a autoconstrução na reforma e ampliação de moradias,		

	melhorando as condições de habitabilidade da população.		
--	---	--	--

POLITICA URBANA

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Realizar um estudo de viabilidade da revitalização da orla de Santana e da Ilha.		
02	Santana de muitos centros – promover a revitalização urbanística, econômica e cultural dos centros de bairros.		
03	Continuar a promoção da renovação urbana e a revitalização do Centro da cidade.		
04	Implantar política de controle de poluição visual na cidade, negociando com a iniciativa privada novos formatos para publicidade ao ar livre e prazos para adaptação. Esta política buscará uma valorização da paisagem urbana e também uma melhor organização do mercado publicitário, eliminando a competição predatória por espaços livres que só degrada a qualidade do cenário urbano.		
05	Criar o Programa Santana Bem Cuidada, priorizando o planejamento integrado dos trabalhos de manutenção da cidade, como capina, limpeza de bueiros, poda de árvores, pintura de guias, sinalização, desratização e iluminação, garantido uma cidade limpa e bem-cuidada.		

06	Dinamizar parques, quadra, campos de futebol e praças da periferia, dotando-os de segurança e descentralizando as práticas de cultura, esporte e lazer promovidas pela Prefeitura.		
07	Criar o sistema de coleta seletiva, coleta de resíduos e limpeza urbana.		
08	Realizar a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos e orientar sua adequada conservação.		
09	Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos.		
10	Promover a implantação do Plano Diretor, buscando compatibilizar a ocupação do solo urbano com diretrizes que assegurem o desenvolvimento sustentável.		
11	Elaborar, debater e negociar a legislação complementar ao Plano Diretor.		
12	Elaborar e aplicar a Lei das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para viabilizar a urbanização e a regularização de assentamentos precários e loteamentos irregulares.		
13	Elaborar legislação complementar para o Centro da cidade e centros de bairros, objetivando fomentar o comércio e estimular o uso residencial.		

14	Implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), garantindo que sua composição represente os vários segmentos da sociedade.		
----	---	--	--

SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), implantando programas de segurança social voltados para a prevenção da criminalidade e a cultura da paz. Cabe ao GGIM articular as diferentes esferas de governo em ações de segurança no município.		
02	Implantar um amplo sistema de monitoramento das principais vias e equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, para prevenir e inibir a violência urbana.		
03	Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade, assim como entidades e órgãos públicos ligados à segurança pública.		
04	Criar o Observatório da Criminalidade no município, sob a direção do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), e manter atualizado sistematicamente o Mapa da Criminalidade como pré-condição para estabelecer as ações gerais ou localizadas de prevenção.		
05	Firmar convênio com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do Ministério da Justiça, visando implantar projetos que articulem políticas de segurança e ações sociais		

	preventivas e direcionadas prioritariamente às causas da violência.		
06	Implantar o Projeto Mulheres da Paz, que capacita mulheres que atuam em locais de maior risco de criminalidade, visando à reintegração de crianças e adolescentes com maior grau de vulnerabilidade.		
07	Implantar em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público o Projeto Mediação de Conflitos, que visa capacitar e profissionalizar agentes para criar nas comunidades equipes de Mediação de Conflitos que façam diagnósticos e atuem na prevenção, facilitando o diálogo entre possíveis protagonistas de conflitos.		
08	Implantar o Projeto Círculo de Justiça Restaurativa, que busca criar equipes especializadas em capacitar a própria comunidade a restabelecer a convivência social adequada, minimizando os efeitos negativos após a ocorrência de um crime em seu espaço de atuação.		
09	Implantar o Projeto Santana Legal, criando comissão composta por agentes da Guarda Municipal, STTRANS e fiscais das áreas de Tributos Mobiliários e Imobiliários, Higiene e Saúde, Postura e Abastecimento, com o sentido de orientar os donos de bares a cumprir as normas de funcionamento e assim prevenir situações de violência.		
10	Realizar em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública campanhas sistemáticas de desarmamento geral da população, em particular, o público juvenil, com base na Medida Provisória 417, que ampliou indefinidamente o prazo para o desarmamento mediante indenização.		

11	Manter programa de apoio ao jovem dependente químico e atuar com rigor visando o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente na proibição de venda de bebidas alcoólicas, armas e outros produtos para menores de 18 anos.		
12	Atuar pelo desarmamento infantil, incentivando a troca de armas de brinquedo por revistas em quadrinhos.		
13	Atuar de forma integrada com os Conselhos Tutelares, resguardando as competências legais de cada órgão.		
14	Criar a Guarda Municipal.		
15	Criar o Programa Vizinhança Solidária, com o objetivo de prevenir os atos de desrespeito à convivência, procurando gerar coletivamente nas comunidades um código de conduta.		
17	Capacitar e especializar agentes da Guarda Municipal? para atendimento em escolas, fortalecendo a ronda escolar e a ação nos parques.		
18	Criar o monitoramento por alarme nas escolas e equipamentos da Prefeitura.		

GESTÃO AMBIENTAL

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Elaborar e implementar a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.		
02	Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente.		
03	Criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente para recebimento e alocação de recursos provenientes de multas, impostos e outros a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais.		
04	Implantar o Sistema de Gestão Ambiental Municipal em conformidade e integrado ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e ao sistema estadual.		
05	Implantar o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, oferecendo respostas mais rápidas ao empreendedor.		
06	Intensificar ações de fiscalização ambiental integrada aos demais órgãos ambientais.		
07	Criar sistema de monitoramento de áreas de risco, articulado com a Defesa Civil, e executar as obras prioritárias.		

08	Estabelecer meios de redução de passivo ambiental, em parceria com os responsáveis, identificando e caracterizando as áreas contaminadas do município, bem como propondo soluções e intervenções adequadas a cada caso.		
09	Reforçar as medidas mitigadoras e compensatórias para usos e ocupações do solo e atividades com potencial de impacto à saúde humana e/ou ambiental.		
10	Oferecer orientação gratuita à população para orientação sobre os procedimentos e legislações ambientais, assim como em ações de defesa dos cidadãos prejudicados por danos ou passivos ambientais.		
11	Implementar, fortalecer e ampliar ações integradas de educação ambiental, envolvendo os diversos setores na mobilização da população para a resolução de problemas locais e regionais.		
12	Criar a Rotas de Ecoturismo, tipo Rota das Águas.		
13	Promover a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino.		

ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Negociar Plano de Investimento da CAESA para o município de Santana.		
02	Criar usina verde de incineração de lixo com produção de energia.		
03	Trabalhar para ampliação e diversificação da cobertura das redes de abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município.		
04	Elaborar e implementar o Plano Diretor de Água e Esgoto.		
05	Intensificar as ações de fiscalização para eliminar o despejo de esgotos em redes de águas pluviais e de águas pluviais em redes de esgotos, visando minimizar o retorno dos dejetos em períodos de chuva e a poluição de galerias e córregos.		
06	Elaborar e implementar o Plano Setorial de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, as soluções necessárias e a priorização de ações e obras.		
	Combater enchentes, executando obras de drenagem, desenvolvendo		

07	projetos de recuperação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e definindo padrões de ocupação do solo que permitam aumentar sua permeabilidade.		
09	Garantir o cumprimento dos cronogramas de manutenção, limpeza de margens e desassoreamento de canais e igarapés, bem como a limpeza das bocas-de-lobo.		
10	Manter a gestão junto ao governo do Estado, buscando a implantação de sistemas que minimizem os problemas de inundação do município.		
11	Implantar sistemas para controle e monitoramento de inundações.		
12	Intensificar a captação de recursos destinados à expansão e melhoria do sistema de drenagem.		
13	Estimular as práticas de redução, triagem, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, bem como a organização do mercado de recicláveis e o fomento à geração de emprego e renda, estimulando a organização de associações comunitárias e cooperativas de catadores.		

MEIO AMBIENTE, RESSACAS E ÁREAS DE MANANCIAIS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Prover e/ou melhorar a infra-estrutura e os serviços nas áreas de mananciais sem afetar a sustentabilidade ambiental.		
02	Garantir a realização de obras de saneamento ambiental em áreas de mananciais, selecionando tecnologias compatíveis com a sua preservação e conservação.		
03	Realizar a regularização fundiária de loteamentos em áreas de mananciais, envolvendo os moradores no projeto, e intensificar as ações de fiscalização, planejamento e educação ambientais, visando o controle de ocupação e atividades destas áreas.		
04	Criar e implantar unidades de conservação municipais e implementar seus respectivos planos de manejo, consolidando a proteção dessas áreas.		
05	Buscar parcerias com as demais esferas de governo para desenvolver projetos para recuperação da APRM (Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais), tais como obras de saneamento, atividades de lazer e educação ambiental e iniciativas econômicas não impactantes e compatíveis com a conservação ambiental da área, como ecoturismo e produção vegetal.		

06	Evitar a ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis como APPs (Áreas de Preservação Permanente) e APRM (Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais) por meio do aprimoramento do sistema de fiscalização e controle municipal.		
07	Elaborar e implementar mecanismos e estratégias de despoluição e recuperação de solo, água e ar.		
08	Estimular e apoiar parcerias e iniciativas próprias da comunidade para a requalificação ambiental de áreas públicas e privadas, incentivando a prática da conservação.		
09	Garantir o repasse estadual de recursos provenientes de compensações ambientais, como o ICMS ecológico devido ao município, e sua consequente aplicação em projetos ambientais.		

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL **E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

Um dos aspectos mais destacados do desprezo das gestões anteriores ao Governo Nogueira com o desenvolvimento do nosso município foi a dilapidação da Companhia Docas de Santana que ao assumirmos a gestão municipal estava a ponto de perder a concessão, além de gravemente endividada. Não apenas recuperamos a Companhia, como a tornamos superavitária e competitiva. Por outro lado, sequer existia uma política de geração de emprego e renda.

Após 25 anos de estagnação, a economia brasileira voltou a crescer. Cresce a produção e, com isso, o nível de emprego, a renda e o consumo da população. Como exemplo desse cenário, a indústria bate recorde de produção e o comércio de vendas no País.

Estamos na Amazônia, com novas perspectivas de desenvolvimento sustentável em função da priorização das Regiões Norte e Nordeste como focos de investimentos públicos da União. Por outro lado a Ponte Binacional nos propicia uma integração inédita com os países do platô das guianas. Assim, as portas para um futuro próspero e socialmente justo estão abertas.

Devemos aproveitar todo o potencial gerado pela dinâmica nacional e global na forma de políticas públicas ousadas e inclusivas. O governo Nogueira criou as condições para aproveitarmos e explorarmos as oportunidades atuais, de modo que devemos reforçar nossas vocações econômicas tradicionais e impulsionar novas frentes de geração de renda e emprego. Nossa cidade deve integrar-se às ações regionais e buscar articulações sólidas e duradouras com os governos estadual e federal e, por meio de políticas integradas e inovadoras, alavancar as potencialidades de nossos jovens, homens e mulheres.

O compromisso de um governo que continue essas mudanças é fazer nossa cidade crescer em ritmo de Brasil, de forma economicamente solidária, ambientalmente sustentável e socialmente justa.

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar em parceria com o Sistema S o Centro de Atendimento ao Empreendedor, capaz de dar respostas às demandas burocráticas do setor econômico de Santana.		
02	Criar Programa de Incentivo e Instalação de novas empresas ou de ampliação das já existentes, de modo a reduzir o custo de fazer negócios em Santana.		
03	Instituir um Programa de Incentivo à Logística Integrada, cujo objetivo é a distribuição e a transferência de cargas para o Porto de Santana.		
04	Instituir um Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das cadeias do açaí e da indústria moveleira, entre outras cadeias correspondentes às vocações econômicas do município.		
05	Criar a Cidade Digital, oferecendo acesso gratuito de banda larga à internet, com disponibilização de um pacote mínimo de serviços para toda a cidade.		
06	Implantar uma rede de telecentros públicos voltados para a inclusão		

	digital, especialmente da juventude.		
07	Criar programa de estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apoiando especialmente as pequenas e médias empresas e sua relação com as universidades instaladas no município.		
08	Dar prioridade para as ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no município.		
09	Manter um diálogo permanente com o setor da produção mineral e de celulose, visando compartilhar o planejamento estratégico da cidade com o das empresas destes setores, articulando regionalmente o fortalecimento dos diferentes parceiros.		
10	Aprimorar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no município de Santana.		
11	Centralizar as ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável e solidário, criando a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, o Banco do Povo, o Portal de Negócios Solidários, Núcleo de Tecnologia Social e o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.		
12	Criar a Rota Gastronômica Amazônida, visando fomentar a economia familiar, valorizar a cultura local e incentivar o turismo na cidade.		
13	Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.		

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Ampliar a política de microcrédito para pequenos empreendedores, por meio do Banco do Povo.		
02	Criar o Programa de Incubadora de Cooperativas.		
03	Criar o Centro Público de Trabalho e Renda.		
04	Estimular o desenvolvimento da prática do cooperativismo.		
05	Apoiar as pequenas e médias empresas, favorecendo sua competitividade no mercado.		
06	Estimular as iniciativas associativas, por meio de grupos de produção, comercialização, compras compartilhadas, cadeias produtivas, associações e cooperativas nos diversos setores da economia.		

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar o Fórum Municipal de Economia Solidária.		
02	Organizar o comércio informal de ambulantes.		
03	Criar um Programa que efetive melhorias e dê suporte às atividades das embarcações tradicionais que utilizam a área do Porto de Santana.		
04	Estimular o intercâmbio entre os empreendedores, para criarem uma rede de economia com o objetivo de divulgar e comercializar seus produtos e serviços.		
05	Estimular a criação de Cooperativas de Consumidores.		

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

POPULAR

Se em outras esferas da administração municipal as gestões governamentais que antecederam a do Nogueira foram no mínimo sofríveis, no campo da gestão democrática e participativa não foram apenas nulas, mas ativamente repressoras de qualquer iniciativas que importasse na abertura do governo à participação popular; e sabemos muito bem por quais razões: porque democracia e participação do povo são radicalmente contrários à natureza autoritária, clientelística e patrimonialista das oligarquias que dominaram a política santanense até 2004.

A Participação Cidadã é fundamental na nossa concepção de administração municipal. Ela deve ser incorporada ao dia-a-dia da gestão pública, não apenas como uma diretriz, mas também como marca e método de trabalho.

Entretanto, as experiências em andamento de democratização da gestão pública local, muito especialmente a nossa experiência do Orçamento Participativo, têm mostrado que a mera criação dos espaços de participação, como conselhos e fóruns, não é suficiente para garantir que essa participação ocorra de fato. É necessário capacitar os diversos atores da sociedade civil e do poder público para exercer o controle social da gestão dos serviços implementados.

Esse processo exige uma prática pedagógica da participação cidadã que possibilite à população o efetivo exercício da democracia e da cidadania ativa no fortalecimento das esferas públicas e na construção de uma nova cultura política.

Nosso compromisso é continuar a abrir esses canais efetivos de participação da comunidade na gestão da nossa cidade. Ela contribui para desenvolver os valores de solidariedade, justiça, união, respeito ao outro, tolerância, humildade, esperança, abertura ao novo e disponibilidade à mudança como elementos de uma ética universal que deve estar na base das ações de educação para a cidadania.

Entendemos que há uma clara articulação entre essas ações e aquelas referentes à modernização administrativa e reforma do Estado no plano local. Pretendemos que toda a Prefeitura se empenhe na constante melhoria da produtividade, buscando de forma participativa um novo modelo baseado em um programa de Gestão de Qualidade. Para isso, são muito importantes iniciativas que tenham como objetivo agilizar e qualificar o atendimento, descentralizar os postos de informação, e disseminar o uso da Tecnologia da Informação e da internet como meio de interação com os munícipes.

Nosso compromisso é realizar uma administração transparente, eficiente e democrática, capaz de incorporar efetivamente a participação dos cidadãos, permitindo maior controle social sobre a prestação do serviço público e as ações realizadas.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Realizar o planejamento de médio e longo prazo, com participação da sociedade, tendo como perspectiva: “Santana 2020 – a cidade que queremos”.		
02	Aprimorar o Orçamento Participativo e difundir esta experiência nas diversas regiões do município, reforçando o caráter democrático do controle social sobre as ações da administração municipal.		
03	Instituir novos canais de participação cidadã e consolidar os estabelecidos tais como as Conferências Setoriais		
04	Democratizar a elaboração do Orçamento Municipal, promovendo a participação da sociedade local no planejamento, no acompanhamento e na fiscalização da execução orçamentária.		
05	Criar o projeto Gabinete Aberto, por meio do qual a prefeita vai realizar audiências públicas nas quais pessoas ou grupos possam apresentar, propor e discutir temas.		
06	Reativar o Programa Prefeitura Presente.		
	Consolidar os canais de participação, como os conselhos gestores de		

07	unidades ou de políticas públicas, no intuito de ampliar os espaços de decisão.		
08	Promover a articulação entre os diversos canais de participação cidadã, na esfera municipal, estadual ou federal.		
09	Desenvolver processos de formação continuada para conselheiro, conselheiras e lideranças comunitárias, objetivando acesso à informação sobre o funcionamento do poder público e das especificidades da administração municipal.		
10	Implantar experiências de mutirão como forma de qualificação e apropriação dos espaços públicos.		
11	Desenvolver ações de participação cidadã no conjunto do governo.		
12	Estimular a participação das crianças e dos jovens no desenvolvimento da gestão e nas decisões que lhes dizem respeito, estimulando o seu protagonismo e fortalecendo sua consciência de cidadania.		
13	Implantar o OCA - Orçamento da Criança e do Adolescente, possibilitando o acompanhamento das ações do município voltadas para esse público.		
14	Criar o Programa Parceria Público Popular para efetivar a Gestão Partilhada de Equipamentos e Logradouros Públicos		

GOVERNO TRANSPARENTE

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Ampliar os mecanismos de disponibilização de informações, previsto na Lei da Transparência Pública.		

RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar e manter canais de diálogo permanente com as organizações populares, comunitárias e religiosas.		
02	Construir uma pauta de ações e serviços por meio dos quais as comunidades religiosas possam contribuir para a coletividade, em parceria com a administração municipal.		
03	Estabelecer uma política de cessão de equipamentos disponíveis na Prefeitura para realização de eventos comunitários ou celebrações da comunidade religiosa.		
04	Realizar o censo comunitário para mapear as organizações comunitárias e populares e construir o Cadastro Municipal de Organizações Comunitárias e Populares.		
05	Apoiar e promover fóruns, debates e eventos que fomentem o fortalecimento da organização popular e comunitária.		
06	Aproveitar melhor a atuação social das comunidades religiosas, articulando-a com a estrutura de atendimento social da administração.		

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar canais de comunicação e relação permanente com a União, o Governo do Estado do Amapá, com outros estados da Federação, com os municípios e com os Poderes Judiciário e Legislativo, bem como com a sociedade civil e suas organizações;		
02	Institucionalizar o acompanhamento e a tramitação dos Projetos de Lei encaminhados à Câmara oriundos e destinados às demais Secretarias do Governo Municipal e órgãos da administração pública.		

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Criar um posto de atendimento da Prefeitura em cada bairro, aproximando do munícipe o acesso aos serviços e informações.		
02	Implantar um moderno sistema de atendimento ao cidadão via telefone e internet, garantindo o acompanhamento adequado da solicitação do munícipe e com prazos pré-definidos para a execução do serviço.		
03	Implantar a Mesa de Negociação Permanente com o Sindicato dos Servidores, adotando instrumento normatizador e regulador da relação do governo com o funcionalismo.		
04	Modernizar o processo de trabalho, com a implantação de sistemas tecnológicos capazes de agilizar o fluxo de informações e a qualidade das ações desenvolvidas.		
05	Criar o Observatório de Políticas Públicas para a produção de informações de todas as áreas para orientar as ações do conjunto do governo.		

06	Criar programa de formação continuada para os servidores públicos, promovendo uma nova dinâmica organizacional baseada na promoção da qualificação e no desenvolvimento das pessoas, na perspectiva de constituição de um quadro permanente de gestores públicos.		
07	Garantir que os servidores participem de forma concreta na discussão, na implantação e na avaliação das ações realizadas.		
08	Implantar o planejamento estratégico que norteie todas as ações do governo, onde cada secretaria incorpore esta ferramenta de gestão na sua prática diária.		
09	Utilizar o Orçamento Municipal para medir eficiência, eficácia e concretude das ações estabelecidas no Plano de Governo.		
10	Dar tratamento matricial aos projetos do governo, garantindo cooperação e articulação das diferentes áreas e definindo com clareza os escopos e atribuições de cada uma delas.		
11	Instituir política de recursos humanos que valorize, respeite e reconheça os servidores, com investimento em capacitação e na qualificação profissional, sempre com vistas à melhoria da qualidade do serviço prestado.		
12	Criar nova estrutura organizacional que dê conta das especificidades do Programa de Governo e que diminua os níveis hierárquicos, garantindo que as decisões fluam mais rapidamente dentro da máquina administrativa.		

13	Implantar um processo de mudança da cultura organizacional, visando romper com as posturas e procedimentos burocráticos e estimular novas atitudes do servidor, com ênfase na reflexão sobre o trabalho de integração das diferentes áreas da Prefeitura e na capacitação para as ações transversais que articulem essas áreas.		
15	Implantar o acompanhamento e o gerenciamento das ações do governo, baseados na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, garantindo o cumprimento das definições orçamentárias.		
16	Implantar a Ouvidoria Municipal como um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Prefeitura, com o objetivo de atender diretamente os munícipes em reclamações sobre os serviços prestados ou por solicitações não atendidas.		
17	Utilizar os sistemas de Tecnologia de Informação na busca de agilidade, simplificação das tarefas, redução de custos das operações e prestação direta e transparente de serviços e informações aos munícipes.		

QUESTÃO METROPOLITANA

Vivemos um período de enormes perspectivas para a região metropolitana de Macapá e Santana. O crescimento da economia nacional e os instrumentos de distribuição de renda implícitos na política social do governo Dilma vêm garantindo para todo o País e para a nossa região em particular uma melhoria constante nos principais indicadores de desenvolvimento social.

A regionalidade dessa área metropolitana ganhou vitalidade a partir da década de 90, em um ambiente totalmente diverso do atual. Os impactos de políticas municipais desastrosas, após pelo menos uma década de estagnação, traduziram-se em elevados índices de desemprego, no abandono da região por parte de muitas empresas e, conseqüentemente, na perda da importância relativa de Santana na economia regional.

Em termos políticos, no entanto, a região se movimentou. Lideranças partidárias, sindicais e de diversas entidades da sociedade santanense se uniram numa trajetória de consolidação institucional que resultou na Lei nº *** que reconheceu a Região Metropolitana de Macapá e Santana.

Cabem, assim, as indagações: por que, em uma conjuntura favorável como a que estamos vivendo, há um sensível arrefecimento nos processos de elaboração e execução de ações metropolitanas? Estaria esta região explorando todas as potencialidades de desenvolvimento geradas pelo atual contexto econômico?

Encontraremos as respostas a essas questões no plano político. A subvalorização da questão metropolitana ou ações pouco mais que protocolares explicam esse quadro. Como resultado, temos duas cidades que pouco ou nada se falam e articulações com as esferas estadual e nacional praticamente inexistentes ou boicotadas.

Ao sabor quase que exclusivamente da dinâmica global, a região metropolitana de Macapá e Santana necessita encontrar seu protagonismo. Para tanto, Santana tem muito a contribuir, desde que se abandonem mutuamente a inércia, o desinteresse regional e as práticas políticas provincianas e exclusivistas, e eleja uma prefeita que tenha como um dos eixos centrais do seu Programa de Governo a vitalização da regionalidade.

A diretriz geral do nosso Programa de Governo em relação à regionalidade, portanto, é estabelecer a importância política de Santana no contexto da região e, a partir daí, contribuir para impulsionar ações que capitalizem para o quadro metropolitano as tendências favoráveis surgidas no plano federal.

ARTICULAÇÃO E AÇÕES POLÍTICAS METROPOLITANAS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Efetivar ações para implementação do Consórcio Intermunicipal da Região Metropolitana de Macapá e Santana.		
02	Efetivar ações para a criação da Câmara da Região Metropolitana de Macapá e Santana.		
03	Efetivar ações para a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana de Macapá e Santana.		
04	Efetivar ações para a criação do Parlamento Metropolitano de Macapá e Santana		

RESÍDUOS SÓLIDOS E PROBLEMAS AMBIENTAIS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Efetivar ações para formulação de um Planejamento Estratégico Regional, a partir de ações que reforcem a sistemática de acompanhamento das metas propostas, de cobrança dos responsáveis pelas suas execuções nos prazos acordados e de implementação de medidas de adequação.		
02	Efetivar ações para formulação de um Planejamento Estratégico Regional, a partir de ações que reforcem a sistemática de acompanhamento das metas propostas, de cobrança dos responsáveis pelas suas execuções nos prazos acordados e de implementação de medidas de adequação.		
03	Buscar uma solução regional compartilhada pelas prefeituras para a destinação dos resíduos sólidos.		
04	Buscar uma solução regional compartilhada pelas prefeituras para a destinação dos resíduos sólidos.		
05	Efetivar ações para o fortalecimento da Universidade Federal do Amapá, contemplando também, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a transformação da sociedade e do território da região.		

06	Articular com o município de Macapá a construção de uma gestão metropolitana integrada, compartilhada e participativa.		
07	Articular políticas regionais que enfrentem a exclusão e a discriminação no mundo do trabalho, desenvolvam ações que fomentem o trabalho autônomo e a economia solidária, consolidando e ampliando o microcrédito, criando campanhas e construindo pactos pelo trabalho decente.		
08	Elaborar ações e programas regionais voltados à diversidade, dirigidos a grupos específicos, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e negros.		
09	Lutar pela qualidade dos serviços de atendimento à saúde, com base na cooperação e complementaridade de ações, organizando redes integradas para a assistência em diversas especialidades médicas que envolvem os equipamentos municipais e estaduais disponíveis.		
10	Formular políticas voltadas ao combate à violência urbana, articuladas com os setores organizados da sociedade regional e com a Polícia Militar e Civil.		
11	Estabelecer o compromisso de erradicar o analfabetismo, por meio do fortalecimento e da ampliação de programas municipais já existentes.		
12	Consolidar e ampliar as obras de combate às enchentes na região e desenvolver uma gestão regional integrada das águas pluviais.		

13	Atuar para garantir o tratamento integral do esgoto na região.		
14	Participar ativamente de órgãos e sistemas regionais e estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente, em especial de consórcios intermunicipais e agências, comitês e subcomitês de bacia hidrográfica.		

TRANSPORTE INTERURBANO

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Efetivar ações para a criação um fórum permanente que discuta e formule ações para a melhoria do transporte e das vias interurbanas da região.		

PROBLEMAS FUNDIÁRIOS E DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Efetivar ações para a criação de um programa destinado a regularizar a situação fundiária e a ocupação do solo na região metropolitana de Macapá e Santana		

SAUDE, EDUCAÇÃO E PROBLEMAS SOCIAIS COMUNS

Propostas de Ação:

ITEM	ACÕES	ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO
01	Efetivar ações para a criação de Câmara específica para discutir e implementar ações que visem a melhoria da prestação de serviços públicos de áreas que comungam clientelas e intervenções, muito especialmente as de saúde, educação e assistência social.		